

RELATÓRIO
ANUAL

2019



SICOOB CRED-ACIF

Cooperativa de Crédito
Livre adesão

20anos

 **SICOOB CRED-ACIF**
Cooperativa de Crédito
Livre adesão

SUMÁRIO

1. Mensagem do Conselho de Administração	4
2. Nossa Equipe	5
3. Edital	6
4. Produtos e Serviços Oferecidos	8
5. Desempenho Operacional	9
6. Parecer do Conselho Fiscal	12
7. Parecer dos Auditores Independentes	13
8. Demonstrativos	15
9. Notas Explicativas	19

1

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezado Cooperado!

Exercer o papel de administrar uma Instituição, de forma a atender aos anseios e expectativas, não é tarefa das mais fáceis, porém, quando depositam a confiança e compreensão acerca dos trabalhos a serem efetuados, aquilo que poderia ser difícil, em muito se facilita.

Ao longo dos anos o Sicoob Cred Acif, vem realizando um trabalho digno, marcado por conquistas e avanços, com uma visão eficiente e empreendedora.

Nosso país, viveu e vive momentos de mudanças e transformações, onde, aceitemos e entendamos, pois são necessárias e irreversíveis, é um trabalho árduo, mais felizmente temos a união e a força de todos, quando o Sicoob Cred-Acif, apesar das dificuldades, é e sempre será uma Instituição determinada com muito trabalho, disciplina e profissionalismo, proporcionado um ambiente colaborativo em nossas relações internas e externas.

Queremos compartilhar com todos, cooperados, colaboradores, parceiros, nossa satisfação, alegria, expectativa e confiança quanto ao futuro, são fatores preponderantes na responsabilidade de fazer com que a Instituição se torne mais sólida e forte, pois não vamos desviar desse caminho.

Obrigado por ajudarem a fazer do Sicoob Cred Acif uma cooperativa de referência, o que muito nos orgulha, podem confiar, pois, **“JUNTOS SOMOS E SEREMOS, MAIS FORTES E SEMPRE VENCEDORES”**.

José Alexandre Carmo Jorge
Presidente do Conselho de Administração

2

NOSSA EQUIPE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- José Alexandre Carmo Jorge (Presidente)
- Antônio Waldyr Medezani (Vice-Presidente)
- Alex Rodrigues Kobal
- Adriana Aparecida Berbel Martins
- Antônio de Pádua Scott Alves Ferreira
- Danilo de Oliveira Lopes Encinas
- Marcelo Carraro Rocha
- Renato Alves de Castro
- Sérgio Vanderlei Canavez

CONSELHO FISCAL

- José Fernando Bizanha (Coordenador)
- Fabricio Oliveira Fernandes
- Renata Mendonça Vilaça de Melo

DIRETORIA EXECUTIVA

- Diretor Presidente: Luis Aurelio Prior
- Diretor Administrativo: Donizeti Tridico
- Diretor Operacional: Paulo Roberto Manhani

CONTADORA

- Taisa Cristina Borba Ramos
CRC 1SP286562/O2

COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB CRED-ACIF ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Cooperativa de Crédito Sicoob Cred-Acif, por meio do Presidente do Conselho de Administração, convoca seus Associados, que nesta data são 7.261 (sete mil, duzentos e sessenta e um), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada em 26 de junho de 2020, às 7:00 (sete horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 8:00 (oito horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um; ou às 9:00 (nove horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:



ORDINÁRIA

1. Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2019, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo de Sobras Apuradas, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer de Auditoria Externa;
2. Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo;
3. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES;
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, de acordo com as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regulamento Eleitoral;
5. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio <http://www.sicoobcredacif.com.br>.

Franca, 03 de junho de 2020

José Alexandre Carmo Jorge
Presidente do Conselho de Administração

Nota (I):

- a) Conforme Regulamento Eleitoral, o último dia para registro de chapa para concorrer às eleições para Conselho Fiscal é 16/06/2020, até às 17h30m, na sede da cooperativa
- b) Estatuto Social, e regulamento Eleitoral, estão disponíveis no endereço: www.credacif.com.br.
- c) As chapas inscritas serão divulgadas no dia 17/06/2020 nas agências e no endereço: www.credacif.com.br.
- d) Em caso de empate no pleito eleitoral, será realizada nova eleição no dia 17/07/2020, no mesmo horário e local dessa convocação.
- e) Para maiores informações, entrar em contato com Sílvio através do telefone (16) 3711-5872.

Nota (II): Conforme determina a Resolução CMN 4.434/15 em seu artigo 46, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes, estão à disposição dos associados na sede e no sítio eletrônico da Cooperativa, através do site www.credacif.com.br.



Disponível no
Google Play



Disponível na
App Store

4

PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS



Veja seu dinheiro render de verdade

FUNDOS DE INVESTIMENTO



Poupança Cred-Acif

POUPACRED



Cheque especial Limite especial

LIMITE FÁCIL



Cheque especial Limite especial

GIROCRED



Crédito para veículos e frota

AUTOCRED



DESCONTO DE RECEBÍVEIS VENDEU A PRAZO, RECEBEU À VISTA



Mais autonomia para investir

CARTÃO EMPRESARIAL



Crédito especial para o produtor Rural

AGROCRED



Crédito para maquinários e equipamentos pelo BNDES

MAQUICRED



SEGUROS

AUTO
VIDA - INDIVIDUAL/GRUPO
RESIDENCIAL
EMPRESARIAL



Um bom jeito de investir

CONSÓRCIO



Incentivo para pequenas e médias empresas

CARTÃO BNDES



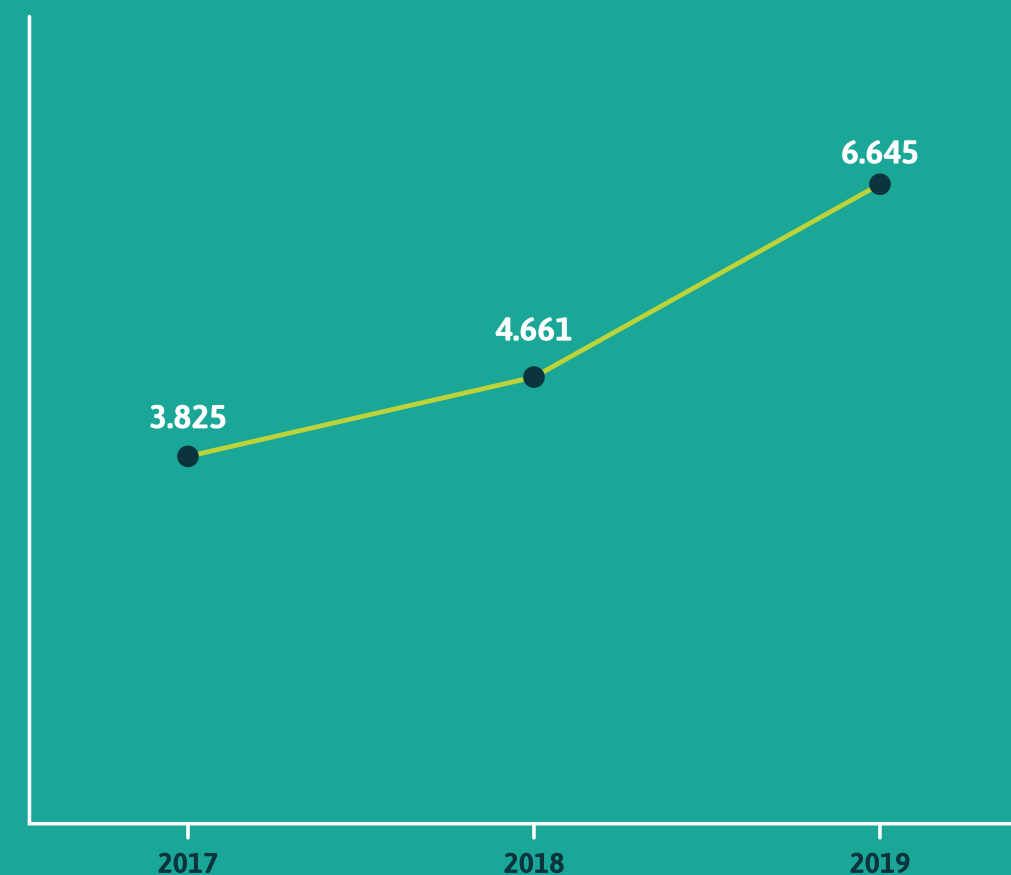
PAGUE AQUI IMPOSTOS

5

DESEMPENHO OPERACIONAL

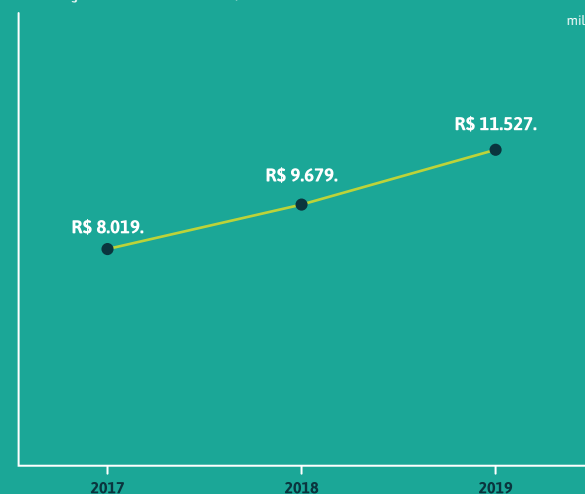
NÚMERO DE COOPERADOS

Evolução 2018/2019: 42,56%



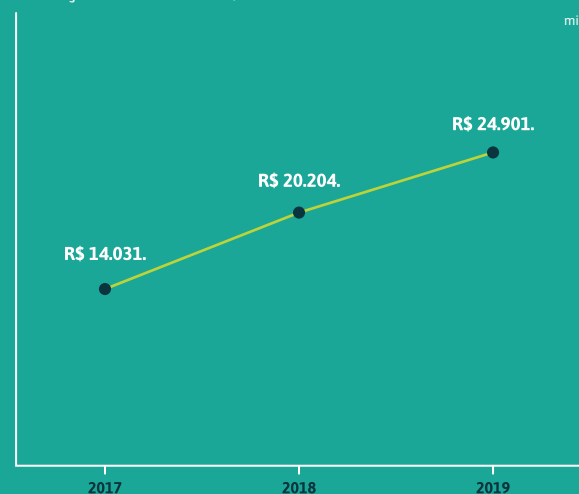
CAPITAL SOCIAL - COTAS

Evolução 2018/2019: 19,09%



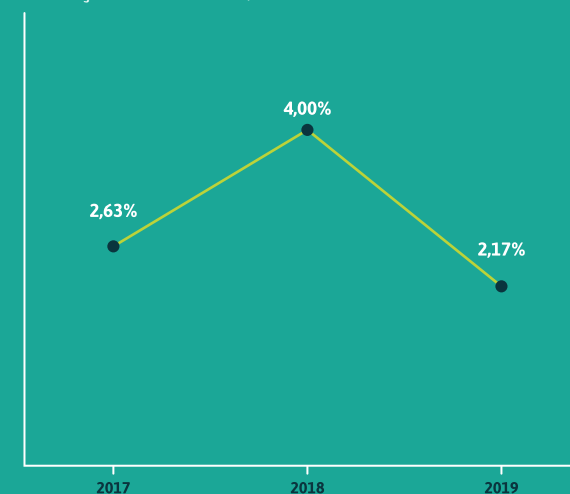
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

Evolução 2018/2019: 23,24%



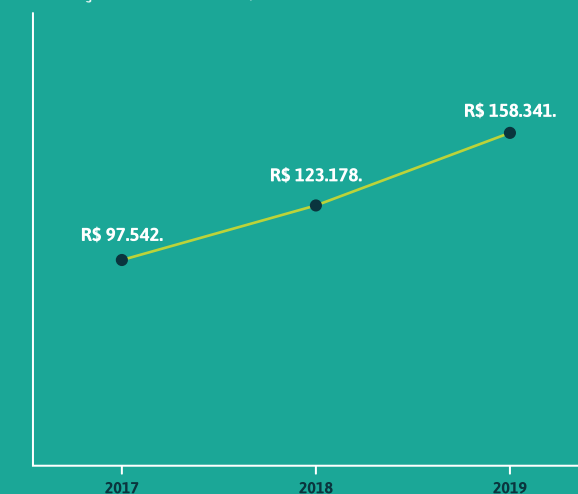
ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

Involução 2018/2019: 45,75%



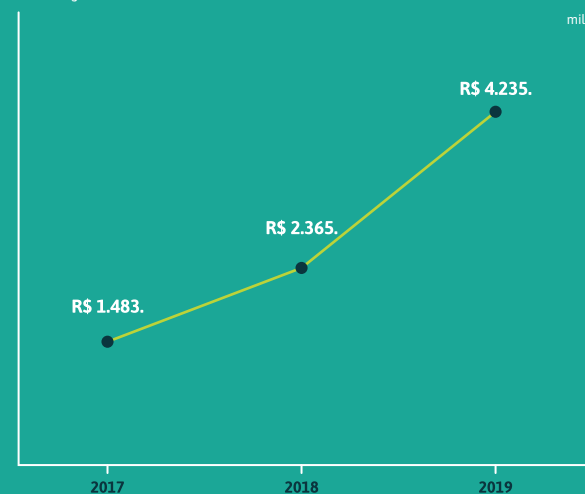
CARTEIRA DE DEPÓSITOS

Evolução 2018/2019: 28,54%



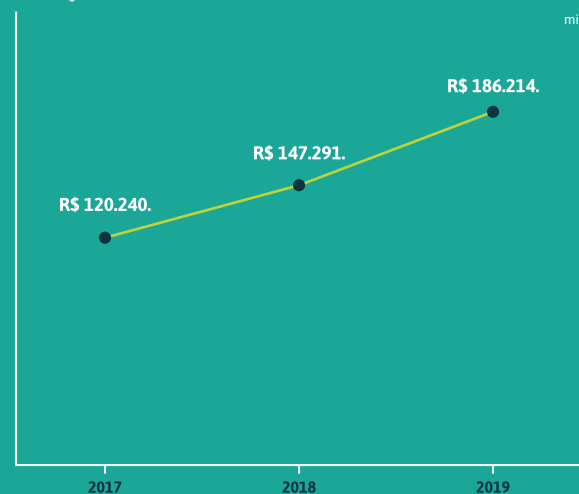
TOTAL PERMANENTE IMOBILIZADO

Evolução 2018/2019: 79,06%



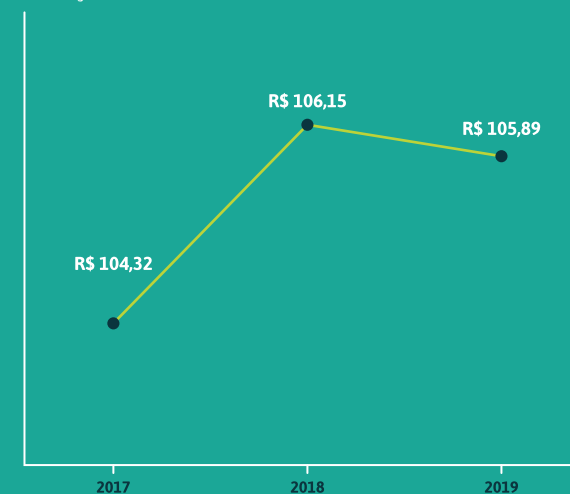
ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Evolução 2018/2019: 26,42%



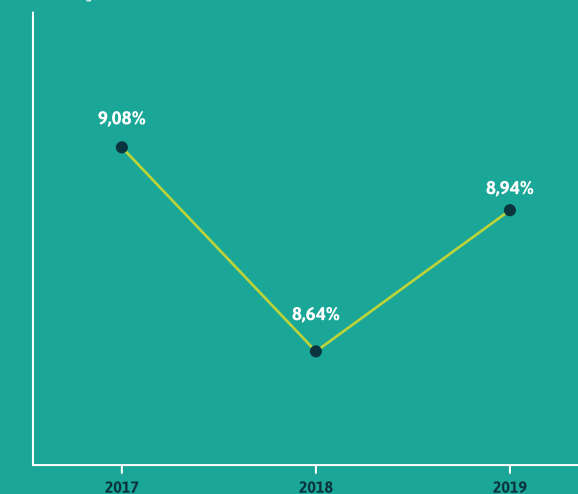
LIQUIDEZ GERAL

Evolução 2018/2019: 0,24%



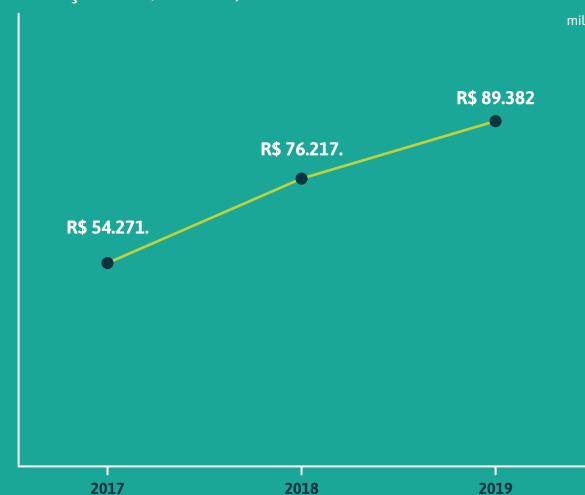
DESPESAS ADMINISTRATIVAS x ATIVO TOTAL

Evolução 2018/2019: 3,47%



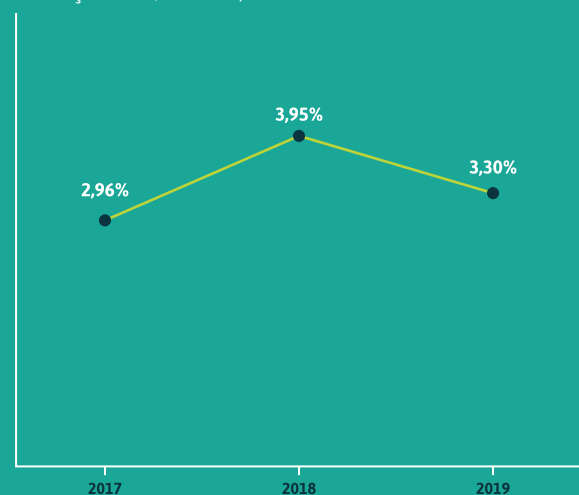
CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Evolução 2018/2019: 17,27%



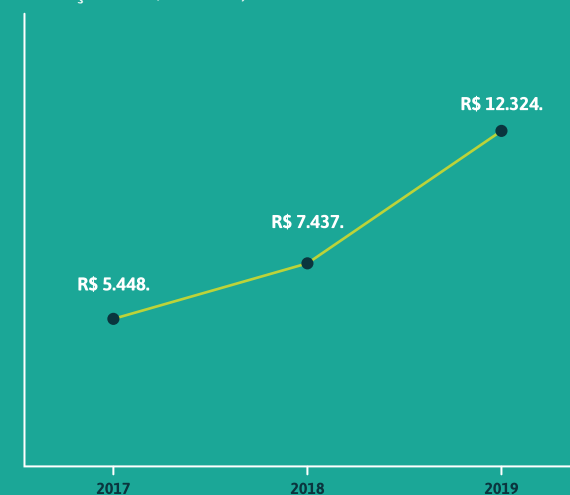
PROVISÃO RISCO x CARTEIRA DE CRÉDITO

Involução 2018/2019: 16,45%



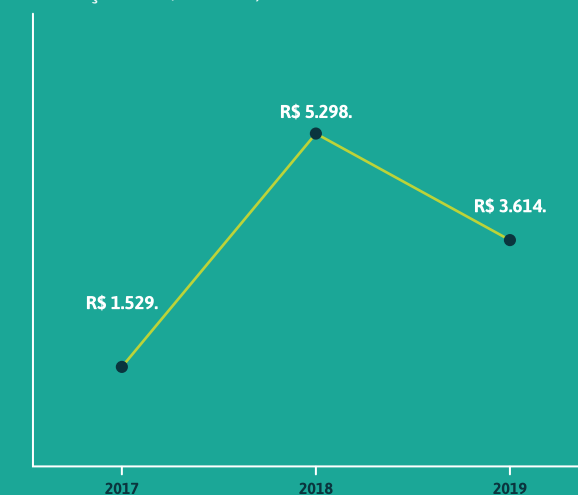
RESERVA LEGAL

Evolução 2018/2019: 65,71%



SOBRAS

Involução 2018/2019: 31,78%



6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Sicoob Cred-Acif, CNPJ 04.013.172/0001-50, no cumprimento das disposições estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado desta Cooperativa, encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como os comparativos de 31 de dezembro 2018.

Baseados nos exames procedidos entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Cooperativa, por isso apresentamos o nosso parecer de que estas contas merecem a aprovação dos cooperados.

Franca(SP) 26 de fevereiro de 2020.



Fabricio Oliveira Fernandes
CPF 335.619.298-18



José Fernando Bizanha
CPF 047.626.158-97



Renata Mendonça Vilaça de Melo
CPF 145.591.248-41

7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Crédito Sicoob Cred-Acif
Franca-SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 24 de janeiro de 2020.

Hélio Mazzi Júnior(Contador CRC 1SP189107/O-3)
Moore Stephens Prisma Auditores Independentes (CRC 2SP017256/O-3)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
EM REAIS

ATIVO	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE		165.478.875	134.308.368
Disponibilidades	3	1.788.950	1.012.550
Títulos e valores mobiliários	4	88.164.233	62.640.190
Relações interfinanceiras	5	1.082.564	3.799.103
Operações de crédito	6	73.106.074	65.960.116
Outros créditos	7	1.062.780	843.723
Outros valores e bens	8	274.274	52.686
NÃO CIRCULANTE		20.735.547	12.982.894
Realizável a longo prazo			
Operações de crédito	6	16.276.705	10.257.307
Outros créditos	7	223.536	360.000
Investimentos	9	1.369.729	807.435
Imobilizado de uso	10	2.843.478	1.522.646
Intangível		22.099	35.506
TOTAL DO ATIVO		186.214.422	147.291.262
PASSIVO	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE		161.289.557	127.038.441
Depósitos	11	148.894.670	120.834.412
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	12	9.446.487	2.344.400
Obrigações por empréstimos e repasses	13	-	929.960
Relações interdependências		112.500	304.329
Outras obrigações	14	2.835.900	2.625.340
NÃO CIRCULANTE		23.000	48.000
Exigível a longo prazo			
Outras obrigações	14	23.000	48.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	24.901.865	20.204.821
Capital social		11.527.454	9.679.970
Reserva legal		12.324.573	7.437.308
Sobras acumuladas		1.049.838	3.087.543
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		186.214.422	147.291.262

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (SOBRAS OU PERDAS)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
EM REAIS

	NOTA	2019	2018
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.236.424	17.977.443
Operações de crédito		16.708.134	13.481.318
Títulos e valores mobiliários	4	4.352.492	4.245.130
Ingressos de depósitos intercooperativos	5	175.798	250.995
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(11.054.279)	(6.587.439)
Operações de captação no mercado	11d	(5.858.034)	(5.360.007)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(31.888)	(412.954)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(4.699.065)	(787.956)
Provisão para operações de outros créditos		(465.292)	(26.522)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.182.145	11.390.004
OUTROS (DISPÊNDIOS) INGRESSOS OPERACIONAIS		(7.009.026)	(6.633.643)
Ingressos de prestação de serviços		6.772.613	5.757.004
Dispêndios de pessoal e honorários		(8.034.165)	(6.326.046)
Outros dispêndios administrativos	16	(8.239.229)	(6.729.017)
Outros dispêndios operacionais	17	(1.586.086)	(1.125.975)
Outros ingressos operacionais	18	4.077.841	1.790.391
RESULTADO OPERACIONAL		3.173.119	4.756.361
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	19	(17.871)	23.341
SOBRA ANTES DA TRIBUTAÇÃO		3.155.248	4.779.702
Imposto de renda e contribuição social		(155.711)	(29.635)
SOBRA LÍQUIDA ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL INTEGRALIZADO		2.999.537	4.750.067
Juros sobre capital		614.775	548.434
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		3.614.312	5.298.501

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
EM REAIS

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8.019.018	5.448.040	564.248	14.031.306
Transferência para reserva legal	-	564.248	(564.248)	-
Integralizações de capital	1.590.162	-	-	1.590.162
Baixas de capital	(477.227)	-	-	(477.227)
Sobra líquida do exercício	-	-	5.298.501	5.298.501
Juros sobre capital	548.434	-	(548.434)	-
IRRF juros sobre capital	(417)	-	-	(417)
Reserva legal	-	1.425.020	(1.425.020)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Assistencial - FATES	-	-	(237.504)	(237.504)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.679.970	7.437.308	3.087.543	20.204.821
Transferência para reserva legal	-	3.087.543	(3.087.543)	-
Integralizações de capital	1.748.371	-	-	1.748.371
Baixas de capital	(514.914)	-	-	(514.914)
Sobra líquida do exercício	-	-	3.614.312	3.614.312
Juros sobre capital	614.775	-	(614.775)	-
IRRF juros sobre capital	(748)	-	-	(748)
Reserva legal	-	1.799.722	(1.799.722)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Assistencial - FATES	-	-	(149.977)	(149.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.527.454	12.324.573	1.049.838	24.901.865

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM REAIS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
EM REAIS

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(760.901)	6.337.895
Sobra ajustada do exercício	8.660.614	6.309.614
Sobra líquida do exercício	3.614.312	5.298.501
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	4.699.065	787.956
Baixas do ativo imobilizado	10.165	23.901
Depreciações e amortizações	337.072	199.256
(Aumento) redução nos ativos	(43.497.655)	(20.611.844)
Títulos e valores mobiliários	(25.329.053)	2.391.940
Operações de crédito	(17.864.421)	(23.726.684)
Outros créditos e outros valores e bens	(304.181)	722.900
Aumento (redução) nos passivos	34.076.140	20.640.125
Depósitos	28.060.258	23.291.685
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	7.102.087	2.344.400
Relações interdependências e obrigações por empréstimos e repasses	(1.121.789)	(5.924.507)
Outras obrigações	35.584	928.547
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.216.957)	(1.104.809)
Aumento de investimentos	(562.294)	(168.908)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(1.654.663)	(935.901)
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.232.709	1.112.518
Integralizações de capital	1.748.371	1.590.162
Baixas de capital	(514.914)	(477.227)
IRRF juros ao capital	(748)	(417)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.745.149)	6.345.604
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.212.569	1.866.965
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	6.467.420	8.212.569

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif, constituída em 30 de março de 2000, designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Tem sede e administração na cidade de Franca e sua área de ação está limitada aos municípios de Franca, Itirapuã, Patrocínio Paulista, Cristais Paulista, Guará, Ituverava, Pedregulho, Jariquera, Buritizal, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista e Nuporanga no Estado de São Paulo.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens e serviços produzidos; e
- a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo (Sicoob Central Cecresp), acionista minoritário do Banco Cooperativo do Brasil S/A. (Bancoob) e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

Em 8 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a ampliação das condições de admissão da Cooperativa para livre admissão de associados.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2019, foi aprovada a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito de Franca e Região - Sicoob Cred-Acif. para Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif e a reforma do estatuto contemplando a ampliação das condições de admissão, autorizada pelo Banco Central do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 24 de janeiro de 2020.

B) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

B.1) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

B.2) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

B.3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

B.4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - ATIVO

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

A Circular BACEN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

B.5) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução nº 2.682/1999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

B.6) INVESTIMENTOS

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

B.7) IMOBILIZADO DE USO

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

B.8) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

B.9) DEPÓSITOS À VISTA E A PRAZO

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

B.10) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

B.11) PROVISÕES

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

B.12) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

B.13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

B.14) SEGREGAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

B.15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

B.16) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3. COMPOSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários (nota 4) e as relações interfinanceiras (nota 5) são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Disponibilidades	1.788.950	1.012.550
Títulos e valores mobiliários	3.595.906	3.400.916
Relações interfinanceiras	1.082.564	3.799.103
TOTAL	6.467.420	8.212.569

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Tipo de aplicação	2019	2018
Banco Safra	Letra de arrendamento mercantil - DI	5.257.603	4.671.882
Banco Safra	Letras financeiras do tesouro - LFT	520.337	481.716
Banco Safra	Cotas de fundos de renda fixa	186.613	177.277
Bancoob	Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	546.120
Sicoob Central Cecresp	CDI - Pós - CDICE - livres	82.199.680	56.763.195
TOTAL		88.164.233	62.640.190

Essas aplicações são remuneradas às taxas de 90% a 100% do CDI (CETIP – B3). As operações estão custodiadas, substancialmente, em bancos ligados ao Sistema Sicoob. No exercício de 2019 foi registrado no resultado em ingressos de intermediação financeira -títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 4.352.492 (R\$ 4.245.130 em 2018).

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 1.082.564 (3.799.103 em 2018).

A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2019, foram registrados no resultado rendimentos, em ingresso de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 175.798 (R\$ 250.995 em 2018).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**A) COMPOSIÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO E PRAZO DE VENCIMENTO**

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	41.958	-	41.958	53.873	-	53.873
Cheque especial e conta garantida	2.089.410	-	2.089.410	1.788.637	-	1.788.637
Empréstimos, financiamentos e títulos descontados	61.411.053	15.463.797	76.874.850	56.109.746	8.657.324	64.767.070
Financiamentos rurais: próprios e repasses	10.766.610	1.898.278	12.664.888	8.723.015	1.827.697	10.550.712
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(1.202.957)	(1.085.370)	(2.288.327)	(715.155)	(227.714)	(942.869)
TOTAL	73.106.074	16.276.705	89.382.779	65.960.116	10.257.307	76.217.423

B) COMPOSIÇÃO POR NÍVEL DE RISCO E SITUAÇÃO DE VENCIMENTO

Nível de risco	Provisão %	2019			2018		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	16.957.960	16.957.960	148.186	16.332.792	16.480.978
A	0,5	-	35.111.611	35.111.611	489.057	35.001.296	35.490.353
B	1	26.481	22.262.383	22.288.864	170.154	22.293.148	22.463.302
C	3	144.297	12.388.616	12.532.913	181.422	1.725.574	1.906.996
D	10	1.005.364	1.766.282	2.771.646	43.479	208.309	251.788
E	30	302.614	557.693	860.307	117.737	8.636	126.373
F	50	277.959	24.916	302.875	28.759	-	28.759
G	70	15.229	43.878	59.107	18.802	-	18.802
H	100	752.204	33.619	785.823	312.586	80.355	392.941
TOTAL		2.524.148	89.146.958	91.671.106	1.510.182	75.650.110	77.160.292

C) COMPOSIÇÃO DO NÃO CIRCULANTE POR ANO DE VENCIMENTO

ANO	2019	2018
2020	-	6.098.992
2021	5.663.916	4.050.244
2022	4.625.374	148.933
2023	2.292.436	186.852
2024 a 2027	4.780.349	-
SALDO FINAL	17.362.075	10.485.021

D) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÃO DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

DESCRIÇÃO	2019	2018
Saldo inicial	(942.869)	(992.306)
Créditos baixados para prejuízo	2.245.315	803.377
Constituição da provisão	(4.699.065)	(787.956)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 18)	1.108.292	34.016
SALDO FINAL	(2.288.327)	(942.869)

E) CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2019 os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R\$ 9.016.144 (R\$ 7.790.717 em 2018), e em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial. Em 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.042.342 (R\$ 741.233 em 2018), registrados em outros ingressos operacionais (nota 18).

7. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados	422.034	-	422.034	31.565	-	31.565
Rendas a receber	97.764	-	97.764	46.498	-	46.498
Diversos:						
Títulos e créditos a receber	75.236	-	75.236	61.325	-	61.325
Impostos e contribuições a compensar	28.267	-	28.267	37.171	-	37.171
Adiantamentos	79.390	-	79.390	-	-	-
Devedores por compra de valores e bens (i)	776.471	241.529	1.018.000	520.000	360.000	880.000
Devedores diversos - País	32.109	-	32.109	177.551	-	177.551
Provisão para outros créditos	(448.491)	(17.993)	(466.484)	(30.387)	-	(30.387)
TOTAL	1.062.780	223.536	1.286.316	843.723	360.000	1.203.723

(i) Trata-se da venda de imóveis recebidos em dação de pagamento. O vencimento final das parcelas é janeiro de 2022.

8. OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imóveis (i)	266.561	16.080
Despesas antecipadas	7.713	36.606
TOTAL	274.274	52.686

(i) Refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Referidos bens são destinados à venda e deduzidos pela provisão para desvalorização, quando identificada.

9. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Sicoob Central Cecresp (nota 24)	1.356.357	795.784
Bancoob	12.318	10.597
Cecresp Corretora de Seguros	1.054	1.054
TOTAL	1.369.729	807.435

No exercício de 2019 a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob Central Cecresp em R\$ 560.573 (R\$ 167.596 em 2018). A Cooperativa também aumentou seu capital no Bancoob no exercício em R\$ 1.721 (R\$ 1.312 em 2018).

10. IMOBILIZADO DE USO
A) COMPOSIÇÃO DO SALDO

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Instalações	10%	1.432.465	(178.151)	1.254.314	599.782
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.280.818	(282.256)	998.562	593.565
Sistema de processamento de dados	20%	830.811	(387.251)	443.560	247.980
Sistema de segurança	10%	216.875	(69.833)	147.042	81.319
		3.760.969	(917.491)	2.843.478	1.522.646

B) MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

	DEPRECIÇÃO		
	CUSTO	ACUMULADA	TOTAL
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2018	1.261.485	(460.302)	801.183
Adições	928.750	(183.386)	745.364
Baixas	(73.764)	49.863	(23.901)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.116.471	(593.825)	1.522.646
Adições	1.654.663	(323.666)	1.330.997
Baixas	(10.165)	-	(10.165)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.760.969	(917.491)	2.843.478

11. DEPÓSITOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Depósitos à vista	43.308.465	29.359.577
Depósitos a prazo (i)	105.586.205	91.474.835
	148.894.670	120.834.412

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Nos exercícios de 2019 e de 2018, os rendimentos dos depósitos a prazo foram registrados no resultado em operações de captação no mercado. Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução nº 4.284/2013 do BACEN.

12. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E LETRAS IMOBILIÁRIAS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Letras de crédito do agronegócio - LCA	9.446.487	2.344.400

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pela Cooperativa, com garantia em direitos creditórios do agronegócio. São remuneradas por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A) COMPOSIÇÃO DO SALDO

Instituição financeira	Finalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2018
				Circulante
Bancoob	Custeio	7,50% a 9,50% a.a	out/19	929.960

Essas operações são captadas junto ao sistema cooperativo, com garantias de notas promissórias, avais e penhores cedulares. As operações foram liquidadas em outubro de 2019.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
IOF	29.734	-	29.734	25.195	-	25.195
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES (i)	149.977	-	149.977	237.719	-	237.719
Cotas de capital a pagar	488.789	-	488.789	349.468	-	349.468
Provisão para participação nas sobras	333.949	-	333.949	530.896	-	530.896
	972.715	-	972.715	1.118.083	-	1.118.083
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	286.607	-	286.607	195.347	-	195.347
Diversas:						
Obrigações por aquisições de bens e direitos	100.000	-	100.000	176.058	-	176.058
Provisão para pagamentos a efetuar	873.038	-	873.038	721.790	-	721.790
Credores diversos no País	573.806	-	573.806	388.867	-	388.867
Provisão para passivos contingentes (ii)	-	23.000	23.000	-	48.000	48.000
	1.546.844	23.000	1.569.844	1.286.715	48.000	1.334.715
	2.835.900	23.000	2.858.900	2.625.340	48.000	2.673.340

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 15b).
(ii) Cooperativa é ré em 5 demandas de natureza cível, discutidas na esfera judicial, classificadas pelos seus assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$ 253.606, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, com base em experiências anteriores e relevância, em constituir provisão de R\$ 23.000 em face desse assunto.

As movimentações no exercício estão assim resumidas:

	CÍVEIS
Saldo em 1º de janeiro de 2018	95.105
Constituição	48.000
Reversão	(95.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48.000
Constituição	-
Reversão	(25.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.000

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda provável em 31 de dezembro de 2019. Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa e as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variados, conforme legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A) CAPITAL SOCIAL

É representado pelas integralizações de 6.645 cooperados em 31 de dezembro de 2019 e 4.661 cooperados em 31 de dezembro de 2018. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes.

A Cooperativa conforme artigo 26 do seu Estatuto Social, poderá pagar aos cooperados juros sobre o capital social, limitado a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais. No exercício de 2019, a Cooperativa remunerou seus cooperados em R\$ 614.775 (R\$ 548.434 em 2018).

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.748.371 (R\$ 1.590.162 em 2018), com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram baixas em 2019, no montante de R\$ 514.914 (R\$ 477.227 em 2018), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 11.527.454 e de R\$ 9.679.970 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

B) DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2019 e de 2018, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Sobras líquidas do exercício	3.614.312	5.298.501
Destinações estatutárias:		
Juros sobre capital (i)	(614.775)	(548.434)
Reserva legal (ii)	(1.799.722)	(1.425.020)
FATES (iii)	(149.977)	(237.504)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.049.838	3.087.543

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 614.027, líquido do IRRF, foi contabilizado como "Capital Social", conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício como "Outros dispêndios operacionais", e revertidos ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras do exercício na demonstração das mutações do patrimônio líquido. No exercício de 2018, o montante capitalizado foi de R\$ 548.017, líquido do IRRF.

(ii) 60% para a reserva legal (30% em 2018): destinada a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2019, foi aprovada a alteração da destinação da Reserva Legal para 60%;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: destinado a prestar assistência e educação a seus cooperados e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades públicas ou privadas. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em assistência aos cooperados para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 14 (i)).

C) SOBRAS ACUMULADAS

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de março de 2019, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2018, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

16. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Serviços do sistema financeiro	(1.744.473)	(1.721.285)
Processamento de dados	(824.736)	(739.028)
Serviços de vigilância e segurança	(816.999)	(578.862)
Comunicações	(701.089)	(515.413)
Aluguéis	(644.473)	(446.513)
Transporte	(640.207)	(485.624)
Serviços de terceiros	(522.564)	(392.238)
Serviços técnicos especializados	(341.348)	(278.245)
Depreciação e amortização	(337.072)	(199.256)
Propaganda e publicidade	(285.586)	(266.370)
Material	(155.978)	(88.097)
Água energia e gás	(104.341)	(65.570)
Manutenção e conservação de bens	(69.276)	(39.089)
Seguros	(50.481)	(15.545)
Tributárias	(21.174)	(10.417)
Publicações	(2.925)	(1.962)
Outras despesas administrativas	(976.507)	(885.503)
	(8.239.229)	(6.729.017)

17. OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Juros sobre capital próprio	(614.775)	(548.436)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(450.150)	(24.309)
Contribuições a fundos	(298.391)	(190.996)
Cancelamento de tarifas	(127.225)	(112.328)
Descontos concedidos em operações de crédito	(31.560)	(199.402)
Outros dispêndios operacionais	(63.985)	(50.504)
	(1.586.086)	(1.125.975)

18. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Rendas com cartão de crédito	1.361.923	653.478
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6d)	1.108.292	34.016
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6e)	1.042.342	741.233
Recuperação de encargos e despesas	417.875	104.659
Outras rendas	147.409	257.005
	4.077.841	1.790.391

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2019	2018
Ganhos de capital	10.418	10.529
Reversão de provisões não operacionais (i)	-	427.375
Prejuízo na alienação de bens	-	(428.775)
Outras rendas não operacionais	42.520	50.770
Outros dispêndios não operacionais	(70.809)	(36.558)
	(17.871)	23.341

(i) Refere-se a reversão da provisão para não realização do bem não de uso, contabilizada em 2017. O imóvel foi vendido durante o exercício social de 2018.

20. COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações junto a instituições financeiras oficiais que montam R\$ 5.733.866 e R\$ 4.053.579 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, registradas em contas de compensação.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista, sob aviso e a prazo e empréstimos e repasses.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

22. SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	2019		2018	
	VALOR	%	VALOR	%
Operações de crédito	330.055	0,4	635.348	1
Depósitos	1.505.415	1	1.189.979	1
Honorários, cédulas de presença, salários e premiações	785.280	10	1.585.410	25

24. CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP

O Sicoob Central Cecresp representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

A) ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS

O Sicoob Central Cecresp tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob Central Cecresp o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

B) SALDOS DAS TRANSAÇÕES DA COOPERATIVA COM O SICOOB CENTRAL CECRESP NOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	82.199.680	56.763.195
Relações interfinanceiras (nota 5)	1.082.564	3.799.103
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 9)	1.356.357	795.784

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

25. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO SICOOB

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

A) RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e

armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

B) RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

C) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

D) RISCO DE CRÉDITO E SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

E) GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

PREMIAÇÃO SICOOB CRED-ACIF

1º LUGAR NA SEGUNDA
CAMPANHA NACIONAL DE
VENDAS - CONSÓRCIOS



 **SICOOB CRED-ACIF**
Cooperativa de Crédito



ADMINISTRATIVO

Avenida Cláudio Cruz Ribeiro, 2.651 - Franca-SP
Tel.: (16) 3711.5841

AGÊNCIAS FRANCA-SP

Unidade 1 - Centro

Rua Campos Sales, 1.931
Tel.: (16) 3711.5800

Unidade 2 - Estação

Praça Dona Ana Nicácio, 123 (esquina com Rua Francisco Marques)
Tel.: (16) 3711.5820

Unidade 3 - Av. Brasil

Avenida Brasil, 1.461
Tel.: (16) 3711.5830

Unidade 4 - Parque Castelo

Avenida Paulo Roberto Cavalheiro Coelho, 711
Tel.: (16) 3711.5860

AGÊNCIA CRISTAIS PAULISTA-SP

Unidade 5

Avenida Antônio Prado, 2.617
Tel.: (16) 3133.1125

AGÊNCIA RIBEIRÃO CORRENTE-SP

Unidade 6

Rua Farid Salomão, 1.122
Tel.: (16) 3133.1125

AGÊNCIA RIFAINA-SP

Unidade 7

Praça 24 de dezembro, 79
Tel.: (16) 3135.1510

AGÊNCIA NUPORANGA-SP

Unidade 8

Rua Bernardino Pereira da Silva, 468
Tel.: (16) 3847.0898